

DESVENDANDO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NUMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DA BAIXADA CUIABANA

Elaine Conceição de Araújo¹; Gleice Rodrigues Gontijo de Araujo¹; Lenilo Heitor Corrêa Nunes¹; Loyanne Fernandes Fortaleza¹; Karyme Lucila Jabra²; Jairo SchantzJúnior³

¹Acadêmicos da Graduação em Enfermagem

²Orientadora: Karyme Lucila Jabra

³Co orientador

RESUMO:

A violência contra mulher é uma grave violação dos direitos humanos, apesar disto, as mulheres estão sujeitas a sofrer algum tipo de violência ao longo da vida, independente de fatores sociais e culturais. Este estudo objetiva estimar a prevalência, da violência sofrida por acadêmicas do curso de enfermagem, segundo natureza, identificar a compreensão de gênero entre as mesmas, o contato com experiências violentas e os fatores associados a estas. Pesquisa transversal, descritiva, de abordagem quantitativa, realizada com 276 acadêmicas do curso de enfermagem de uma instituição de ensino superior (IES) privada da baixada cuiabana. Os dados foram tabulados e analisados utilizando estatística descritiva e representação gráfica dos resultados. A prevalência da violência sofrida por acadêmicas foi de 36,2%, onde os tipos de violência que prevaleceram foram psicológica 37,4%, física 22,1% e moral 20,7%. Destes casos, 19% foram sofridos dentro da IES. Quanto a compreensão de gênero, 77,1% consideraram apenas biológica (órgão genital). Com relação aos fatores associados ao evento violento, 88,9% afirmaram não estar sob efeito de drogas, e 56,7% disseram que o agressor também não estava sob efeito. Apesar do percentual de respostas não terem sido altos, o ambiente da IES mostra-se potencialmente violento, o que sugere mais pesquisas com acadêmicas dentro do ambiente universitário, promovendo ações educativas e divulgando as redes de apoio existentes na região.

Palavras chaves: Violência; Mulher; Prevalência; Gênero; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

A violência contra mulher é entendida como uma violação dos direitos humanos, e ultrapassa as barreiras socioculturais e econômicas afetando às mulheres, independentemente de idade, raça, religião, nacionalidade e grau de escolaridade (BEZERRA, et al, 2016). É compreendida como violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (CUNHA, 2011). Por razões culturais a mulher ainda é vista como submissa ao homem em que prevalecem as questões de gênero. As mulheres possuem alto risco de sofrerem ações violentas em comparação com outras pessoas do seu convívio do que com estranhos, considerando-se que, na maior parte das ocasiões, tem sido acometida

pelo próprio esposo ou companheiro, apresentando como motivação e resultado a diferença de dominação na questão de gênero (LETTIERE; NAKANO, 2011).

Em Mato Grosso no ano de 2014 foram registrados no SUS (Sistema Único de Saúde) 1.269 atendimentos às mulheres vítimas de algum tipo de violência, o estado figura entre os menores em índices de violência em torno de 24%. Apesar dos baixos índices registrados no estado representa-se como causa as subnotificações. Apesar dos avanços com a criação da Lei 11.340/2006, o Brasil ainda ocupa o 5º lugar no ranking de violência contra mulher, segundo dados do mapa da violência no Brasil registrados pelo SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) no ano de 2014 foram registradas 147.691 notificações referente a mulheres que sofreram algum tipo de violência, significa dizer que a cada dia 405 mulheres demandaram algum tipo de atendimento em unidade saúde (WAISELFISZ, 2015).

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, nos primeiros seis meses do ano de 2017, foram registradas 22.246 ocorrências contra mulheres em todo o Estado. Esses números representam aumento de 12,5% se comparado ao mesmo ao primeiro semestre de 2016 e 13,8% de aumento na capital (MPMT, 2018). O número de mulheres no Brasil é de aproximadamente 105 milhões, o que representa 51,48% do total da população, a maior parte das mulheres que cursam o ensino superior está entre as faixa etárias de 18 a 24 anos, perfazendo um total de 63,3% da população acadêmica (IBGE, 2015).

Com base nesse contexto, este estudo objetiva analisar a prevalência da violência contra a mulher sofrida por acadêmicas do curso de enfermagem de uma IES da baixada cuiabana.

METODOLOGIA

Pesquisa transversal, descritiva de abordagem quantitativa, realizada através da aplicação de questionário estruturado à acadêmicas do curso de enfermagem de uma IES da baixada cuiabana no período entre 15 de maio à 05 de junho.

A pesquisa quantitativa centra-se na objetividade e acredita que a veracidade só é capaz de ser entendida com conhecimento na análise de informações brutas, coletados utilizando instrumentos formais e objetivos. Esta pesquisa utiliza simbologia matemática para caracterizar as razões de um acontecimento e as relações entre as variáveis do estudo (FONSECA, 2002). Para esta pesquisa foram consideradas as variáveis: Idade, cor, estado

civil, nível de escolaridade, número de filhos, com quem mora, estado civil dos pais, renda familiar, qual a principal diferença entre homens e mulheres, quem deve sustentar a casa, responsabilidade das tarefas domésticas, o que gera violência contra mulher, nossa sociedade é machista, a mídia influencia a violência contra mulher, conhece alguma mulher que sofreu violência, você já sofreu violência, tipo de violência, frequência da ocorrência da situação de violência, responsável pelo(s) ato(s) de violência, idade do agressor, etnia do agressor, escolaridade do agressor, havia uso de drogas por parte do agressor ou de sua parte, renda do agressor, situação de trabalho do agressor, local onde sofreu a violência.

Participaram do estudo estudantes do curso de enfermagem do sexo feminino que estavam matriculadas e frequentando as aulas no primeiro semestre de 2018. Trabalhou-se com uma amostra de 276 alunas, calculada com base no total de 399, o total das participantes representam 69,1% da população, o erro amostral é inferior à 5% e intervalo de 95% de confiança (IC95%).

Realizou-se um teste piloto com o objetivo de aperfeiçoar o questionário, proporcionar maior entendimento das perguntas, evitar dúvidas e possibilitar a realização dos devidos ajustes. A coleta dos dados deu-se por autopreenchimento de questionário entregue às estudantes que estavam nas salas de aula no período de coleta. Os próprios pesquisadores aplicaram os questionários e estavam disponíveis para sanar eventuais dúvidas. O projeto foi submetido à Plataforma Brasil e aguarda parecer do Comitê de Ética em Pesquisa, respeitou as normas regulamentadas pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 que versa sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Entre as medidas para minimização dos riscos, os responsáveis pela coleta de dados apresentavam as definições de violência e indicavam o Núcleo de Apoio Psicopedagógico da IES, para o acolhimento das acadêmicas que precisassem de mais informações ou encaminhamentos para lidar com situações de violência.

Os dados foram tabulados e analisados utilizando estatística descrita e representação gráfica dos resultados, foi utilizado o programa Microsoft Office Excel 2013, através de porcentagem dos coeficientes de cada variável obtidos pela fórmula:

$$P = \frac{\text{Número de indivíduos afetados em um determinado momento}}{\text{Total de indivíduos estudados}}$$

RESULTADOS

A análise dos dados foi realizada agrupando-se as variáveis nas seguintes categorias analíticas: Dados pessoais, compreensão das alunas sobre o conceito de gênero e aspectos sociais potencializadores da violência.

Tabela 1: Variáveis sociodemográficas

Variáveis	n	%	Variáveis	n	%
Idade			Escolaridade		
18 a 21 anos	101	36,6	Ensino Superior Incompleto	272	98,5
22 a 30 anos	102	36,9	Ensino Superior completo	4	1,5
30 a 40 anos	53	19,2	Etnia/Cor		
40 a 50 anos	18	6,6	Branca	69	
50 anos ou mais	02	0,7	Parda	157	57,1
Estado Civil			Negra	46	16,8
Solteira	168	61,1	Asiática	03	1
Casada	74	27	Indígena	0	0
União Estável	22	8,1	Filhos		
Divorciada/Separada	08	3	Nenhum	181	66,1
Viúva	02	0,8	1 filho	47	17,3
Estado civil dos pais			2 filhos	33	12,1
Vivem juntos	141	51,2	3 filhos	10	3,7
Vivem separados	98	35,7	4 ou mais filhos	02	0,8
Viúvos	31	11,2	Reside com		
Outros	05	1,9	Pais	63	22,3
Renda familiar			Mãe	43	15,3
Menor que 954,00 reais	12	4,5	Pai	04	1,5
954,00 à 1.908,00 reais	128	46,6	Avós	11	3,9
2.862,00 à 4.770,00 reais	93	33,9	Parceiro	106	37,5
5.724,00 à 7.632,00 reais	26	9,5	Sozinho (a)	29	10,2
8.586,00 reais ou mais	15	5,5	Outros	26	9,3

Tabela2: Variáveis relacionadas à violência contra mulher na comunidade

VARIÁVEL	n	%
Você acredita na influência da mídia no favorecimento da violência contra a mulher?		
Sim	138	52,27
Não	126	47,73
Conhece outras mulheres que já tenham sofrido violência?		
Sim	180	65,5
Não	95	34,5
Essa pessoa procurou apoio?		
Sim	38	21,1
Não	143	78,9

A faixa etária predominante das acadêmicas pesquisadas foi de 18 a 30 anos, correspondendo a 73,5% das participantes. A maioria se autodeclarou parda 57,1% e branca com 25,1%. Do total, 61,1% se declararam solteiras e 27% casadas. A predominância do nível de escolaridade das cursantes do ensino superior foi de 98,5% e apenas 1,5% já possuíam outra graduação. Dentre as pesquisadas 66,1% declararam não

ter filhos. As mulheres que moram com o parceiro correspondem a 37,5%, enquanto 22,3% declararam morar com os pais. Com relação ao estado civil dos pais 51,2% vivem juntos e 35,7% vivem separados. A respeito da renda familiar 46,6% disseram que recebem até 2 salários mínimos, mil novecentos e oito reais, e 33,9% recebem até 5 salários mínimos, quatro mil setecentos e setenta reais.

Os resultados apontados pela Tabela 2 indicam que pouco mais da metade das acadêmicas acredita que a mídia influencia na ocorrência da violência contra mulher (52,27%), a maioria conhece alguma mulher que tenha sofrido violência (65,5%) e que destas a minoria procurou apoio (21,1%).

Tabela 3: Variáveis relacionadas à compreensão de gênero

VARIÁVEL	n	%
Qual a principal diferença entre homens e mulheres?		
Biológica (órgãos sexuais)	220	77,1
Comportamental (fragilidade feminina e força masculina)	42	14,8
Atribuição de papéis pela sociedade (mulher, dona de casa e homem, provedor)	23	8,1
Quem deve sustentar a casa?		
Companheiro(a)	09	3,5
Você	14	5,2
Os dois	253	91,3
Tarefas domésticas são de responsabilidade de...		
Homens	07	2,3
Mulheres	19	6,3
Filhas	06	2,0
Filhos	05	1,6
De quem ganha menos	0	0
De quem trabalha menos	02	0,6
Todos que habitam a casa	261	86,2
Outro. Quem?	03	1
O que gera a violência contra mulher?		
Ciúme	149	24,1
Machismo	192	31,2
Amor	18	2,9
Uso de álcool e/ou outras drogas	152	24,7
Insegurança	105	17,1

Com relação à compreensão de gênero 77,1% consideram que as diferenças entre homens e mulheres é apenas biológica. No que diz respeito ao sustento da casa 91,3% dizem que deve ser realizado pelos cônjuges. Sobre as tarefas domésticas 86,2% acham que deve ser realizada por todos da casa. Acerca do que gera violência 31,2% diz que é o machismo.

O terceiro eixo do questionário, presente na tabela abaixo, indicou que 63,8% das acadêmicas pesquisadas nunca sofreram violência e 36,2% já sofreram algum tipo de violência. Dentre as acadêmicas que já sofreram algum tipo de violência 37,4% sofreu violência psicológica, 22,1% física e 20,7% foi vítima de violência moral. Todas as formas de

violência assinaladas, se repetiram por mais de quatro vezes ao longo da vida. O autor da violência na maioria das vezes foram outros (colega de trabalho, amigo, conhecido) que perfaz um total de 26% e o companheiro 23,2%. A idade que as mulheres mais sofreram violência foi de 11 a 20 anos (43,4%) e 21 a 30 anos (37,9%).

Tabela 4: Variáveis relacionadas ao evento de violência vivenciada

Variável	n	%	Variável	n	%
Você já sofreu violência?			Escolaridade do agressor (a)		
Não	176	63,8	Ensino fundamental completo	13	11,3
Sim	100	36,2	Ensino fundamental incompleto	26	22,6
Tipo de violência sofrida			Ensino médio completo	20	17,4
Física	45	22,1	Ensino médio incompleto	04	3,5
Psicológica	76	37,4	Ensino superior completo	17	14,8
Sexual	29	14,4	Ensino superior incompleto	15	13,0
Moral	42	20,7	Nunca estudou	04	3,5
Patrimonial	11	5,4	Não sabe	16	13,9
Quantas vezes?			Havia uso de drogas por parte do agressor (a)?		
1 vez	30	15,9	Não	59	56,7
2 vezes	20	10,6	Medicamentos	02	1,9
3 vezes	13	6,9	Não sabe	23	22,1
4 Vezes ou mais	126	66,6	Drogas ilícitas (crack, cocaína, maconha, heroína)	05	4,8
Autor(a) da violência			Álcool	15	14,5
Companheiro	33	23,2	Havia uso de drogas de sua parte?		
Companheira	4	2,8	Não	88	88,9
Namorado	17	12,0	Álcool	09	9,1
Namorada	2	1,4	Medicamentos	01	1,0
Irmão	10	7,0	Drogas ilícitas (crack, cocaína, maconha, heroína)	01	1,0
Irmã	6	4,3	Renda do agressor (A)		
Pai	10	7,0	Inferior à 954,00	14	13,5
Mãe	4	2,9	954,00 à 1.908,00 reais	37	35,6
Padrasto	7	4,9	2.862,00 à 4.770,00 reais	16	15,4
Madrasta	2	1,4	5.724,00 à 7.632,00 reais	07	6,7
Amigo da família	8	5,7	8.586,00 reais ou mais	02	1,9
Amiga da família	2	1,4	Não sabe	28	26,9
Outro	37	26,0	Situação de trabalho do agressor (a)		
Idade(s) em que sofreu violência			Empregador	10	10,1
De 4 à 10 anos	26	14,3	Empregado	39	39,4
De 11 à 20 anos	79	43,4	Do lar	03	3,0
De 21 à 30 anos	69	37,9	Funcionário público	07	7,0
De 31 à 40 anos	7	3,8	Pensionista	01	1,0
De 41 à 46 anos	1	0,6	Autônomo	09	9,1
Idade do agressor (a)			Aposentado	03	3,0
18 a 30 anos	46	41,8	Desempregado	07	7,2
30 a 40 anos	29	26,4	Não sabe	20	20,2
40 a 50 anos	22	20	Local onde sofreu violência		
50 anos ou mais	4	3,6	Domicílio	07	12,0
Não sabe	9	8,2	Trabalho	14	24,1
Etnia/cor do agressor (a)			Escola de ensino fundamental	05	8,6
Branco	31	27,7	Escola de ensino médio	02	3,5
Pardo	56	50	Instituições de ensino superior	11	19
Negro	24	21,4	Outros	19	32,8
Asiático	0	0			

Indígena	01	0,9
----------	----	-----

A predominância da idade dos agressores foi de 18 a 30 anos (41,8%) e de 30 a 40 anos (26,4%). Com relação a etnia dos agressores 50% são pardos. Da escolaridade dos agressores 22,6% possuía ensino fundamental incompleto e 17,4% ensino médio completo. Referente ao uso de drogas por parte do agressor 56,7% assinalaram que não houve uso. Por parte das vítimas 88,9% disseram não estar sob efeito de nenhum tipo de drogas. Sobre a renda do agressor 35,6% disseram que eles ganham até 2 salários mínimos, mil novecentos e oito reais, e 26,9% declarou não saber. O percentual da situação de trabalho do agressor é de 39,4% empregados e 20,2% não souberam informar. Acerca dos locais que ocorreram os atos de violência 32,8% disseram que foi outros (no carro, sítio, fazenda, na rua), no trabalho 24,1% e na IES 19%.

DISCUSSÃO

O acesso a dados locais atualizados sobre violência foi um desafio, recentemente o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em parceria interinstitucional com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Polícia Judiciária Civil, Polícia Militar, Prefeitura Municipal de Várzea Grande e suas secretarias, Guarda Municipal, Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Várzea Grande, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), e instituições da sociedade civil organizada, estão promovendo a construção de uma “Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra Mulher”. Acreditamos que a formalização de uma rede de apoio irá facilitar o acesso aos dados junto às entidades envolvidas, bem como o atendimento das mulheres vítimas de violência.

A revisão de literatura, nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), EBSCO Search, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), para discussão dos dados apontou uma lacuna no levantamento de dados sobre a violência contra a mulher entre estudantes do ensino superior, isto dificulta a comparação dos dados encontrados frente aos recortes já realizados anteriormente.

Com relação à perspectiva sociodemográfica a variável idade desta pesquisa, que foi de 18 a 30 anos, difere-se dos demais estudos encontrados que tem como média 30 a 39 anos. Isso pode ser justificado por se tratar de um ambiente universitário, onde a média de idade das mulheres que cursam o ensino superior no Brasil é de 18 a 24 anos (IBGE, 2015). No que tange à variável etnia/cor, a maioria das participantes afirmam ser parda, semelhante ao encontrado por estudo que avaliou as características sociodemográficas de

mulheres atendidas na central de apoio multidisciplinar de Serra-ES. Ainda comparando com a pesquisa de Serra-ES, na variável estado civil, evidenciaram que a maior parte das mulheres encontravam-se divorciadas/separadas, divergindo deste estudo, que apontou que a maior parte das mulheres encontravam-se solteiras (LEITE et al, 2015). Observa-se que o grau de escolaridade é um fator importante a ser considerado, comparando a outros estudos, onde nenhuma delas possui elevado nível de escolaridade. Porém, não podemos generalizar, visto que, Maria da Penha, homenageada na criação da Lei 11.340/06, foi uma das vítimas de violência que tinha alto grau instrução (CAMPOS; BARRETOS, 2017). Analisando a variável filhos, 66,1% afirmaram não ter, o que diferencia de outras pesquisas que apontam que a maior parte das mulheres tinham até 3 filhos (BARROS et al, 2015). Quanto à renda, comparando outros estudos com a nossa pesquisa, em ambas, a maioria das mulheres possuem uma renda familiar inferior a dois salários mínimos (SANTI et al, 2010).

No âmbito da compreensão de gênero das acadêmicas, a maior parte considerou que a principal diferença entre homens e mulheres é apenas biológica (órgãos sexuais), resultado apontado também por outros autores (SOUZA, 2013). Com relação à responsabilidade do sustento da casa, este estudo atribui a responsabilidade ao casal, resultado diferente foi apontado por outra pesquisa, que indicou que apenas 40% das mulheres contribuem com o sustento da casa (IBGE, 2010). Quanto a responsabilidade das tarefas domésticas, as acadêmicas assinalaram ser responsabilidade de todos que habitam na casa, o que se difere de outra pesquisa, que apontou que as mulheres dedicam mais tempo aos afazeres domésticos (IBGE, 2017). No que se refere ao que gera a violência contra mulher, estudos apontam que estão relacionados ao ciúme e ao uso de álcool/drogas, o que se aproxima do resultado desta pesquisa, onde o machismo e o uso de álcool/drogas foram considerados os fatores preponderantes para gerar a violência (LEITE et al, 2015).

Quando avaliado a influência da mídia sobre a violência, estudo semelhante apresentou resultado diferente, onde apontou que a mídia não contribui para o aumento da violência, enquanto neste estudo, segundo a opinião das pesquisadas a mídia tem influência sobre o fator violência (PEREIRA, 2017).

Quanto ao conhecimento por parte das pesquisadas com relação ao contato com outras mulheres que sofreram violência, apresentou resultado que vai ao encontro de outra pesquisa onde a maioria das entrevistadas conhece alguma mulher que já sofreu violência doméstica ou familiar (DATASENADO, 2017).

Sobre a busca por apoio dos contatos das pesquisadas que sofreram violência, mostrou-se um percentual significativo de mulheres que não procuraram nenhum tipo de

apoio, não foram encontradas outras pesquisas com pergunta semelhante para comparação.

Com relação ao evento de violência vivenciada, o autor da violência encontrado nesta pesquisa na maioria das vezes foi caracterizado como outros (colega de trabalho, amigo, conhecido), diferente do que outros autores constataram que na maioria dos casos a violência foi perpetrada pelo companheiro (MADUREIRA et al, 2014; ANDRADE et al, 2016). Na variável idade em que sofreram violência, a maior faixa etária assinalada foi de 11 a 20 anos, enquanto outros autores obtiveram resultado diferente, de 20 a 29 anos (ANDRADE et al, 2016). A idade dos agressores encontrada em um estudo realizado na central de apoio multidisciplinar de Serra-ES, foi na faixa etária de 40 a 49 anos, diferente do resultado encontrado nesta pesquisa que a faixa etária foi de 18 a 30 anos (LEITE et al, 2015). Mais uma vez, a presente pesquisa difere um pouco das demais já existente, a maioria marcou que os agressores eram da cor parda, estudo semelhante apontou que eram da cor branca (SILVA et al, 2015). Na variável escolaridade foi encontrado resultado de ensino fundamental completo, corroborando com resultados identificados por outros autores (MADUREIRA et al, 2014). Estudos semelhantes apontaram que durante os atos violentos os agressores em geral estavam sob efeito de álcool, oposto ao que foi encontrado nesta pesquisa que grande parte das acadêmicas assinalaram que não havia uso de nenhuma substância (LEITE et al, 2015; MADUREIRA et al, 2014). Quanto ao uso de drogas/álcool por parte da vítima, a maioria afirmou não estar sob efeito, resultado semelhante foi apresentado por outra pesquisa (SOUZA, 2013). A renda do agressor encontrada nesta pesquisa variou de 1 a 2 salários mínimos, novecentos e cinquenta e quatro reais a mil novecentos e oito reais, não sendo encontrada variável semelhante para comparação. Esta pesquisa apontou que a maioria dos agressores eram empregados, o que corrobora com estudo de outros autores que identificaram que a maioria dos agressores estavam empregados (SILVA et al, 2014). No quesito local de ocorrência, outros estudos apontam que a maior frequência dos casos de violência aconteceram em suas próprias residências, o que diferiu dos achados nesta pesquisa, que apontam que a maior parte dos casos de violência ocorreram em outros locais (no carro, sítio, fazenda, na rua) (WASELFISZ, 2015).

CONCLUSÃO

O estudo aponta que o ambiente escolar de IES são potencialmente violentos, tendo em vista a frequência com que o evento ocorreu na instituição segundo a população pesquisada, apesar de não ser o maior índice. A diferenciação entre o perfil das estudantes do ensino superior da instituição privada e o perfil apontado pelas outras pesquisas indica a necessidade de melhor reconhecermos as características das mulheres em diferentes

contextos, para que as ações estejam adequadas aos sujeitos para as quais são direcionadas. Exemplarmente, aponta-se o local de ocorrência da violência, que entre as estudantes não teve o domicílio como alternativa mais indicada, mas sim outros, isto pode estar associado ao fato da maioria das estudantes ser solteira. São preocupantes os dados relacionados ao desconhecimento do conceito de gênero por parte das pesquisadas, apontando apenas os fatores biológicos como diferenciação entre homens e mulheres. Destaca-se também a pouca busca por apoio por parte das mulheres que já sofreram violência, o que sugere uma subnotificação deste evento e a baixa divulgação das redes de apoio às mulheres vítimas de violência. A frequência da violência ao longo da vida e a distribuição da ocorrência do evento da infância até a idade adulta apontam para necessidade de atuar de forma preventiva e na prestação de cuidados à todas as fases de vida da mulher.

Como fragilidades deste estudo, considera-se que pode ser um viés para coleta de dados manter como opção de deixar de responder o formulário de um ponto em diante quando a resposta é negativa, isto pode influenciar os participantes a responder negativamente, no lugar de prosseguir com o preenchimento. Além disto, o recorte foi realizado entre acadêmicas do curso de enfermagem apenas pela conveniência na aprovação da coleta, e também pela limitação imposta pelo tempo para coleta de dados e finalização do estudo

Considera-se importante a promoção de atividades educativas que abordem o conceito de gênero, a ampla divulgação das redes de suporte às mulheres na comunidade acadêmica. Indica-se a realização de mais pesquisas com acadêmicas de IES para a melhor organização de estratégias de prevenção à violência neste espaço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Júlia de Oliveira et al. Indicadores Da Violência Contra A Mulher Provenientes Das Notificações Dos Serviços De Saúde De Minas Gerais-brasil. **Texto & Contexto-Enfermagem**, 2016. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/714/71446759020.pdf>> Acesso em: 27 jun 2018.

BARROS, Érika Neves de et al. Prevalência e fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres de uma comunidade em Recife/Pernambuco, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 591-598, 2016. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n2/1413-8123-csc-21-02-0591.pdf>> Acesso em: 24 jun 2018.

BEZERRA, Juliana da Fonseca; SILVA, Raimunda Magalhães da; CAVALCANTE, Ludmila, Fontenele, et al. Conceitos, Causas e Repercussões da Violência Sexual Contra Mulher na Ótica de Profissionais de Saúde. **Rev. Bras. Promoção da Saúde**, Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=a6860cff-ddb6-4326-b99c-b470afba0f1d%40sessionmgr103>>. Acesso em: 04 set. 2017.

CAMPOS, Ana Cristina Finger; BARRETO, Dagmar B. Mena. A PERCEPÇÃO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **Pesquisa em Psicologia-anais eletrônicos**, p. 7-18, 2017. Disponível em:< https://editora.unoesc.edu.br/index.php/pp_ae/article/view/15496/8389> Acesso em: 24 jun 2018.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica: Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), comentada artigo por artigo. 3 ed. revista atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatística de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2018. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf> Acesso em: 27 jun 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**, 2015. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>> Acesso em: 24 jun 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero mostram como as mulheres vêm ganhando espaço na realidade socioeconômica do país**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=1&idnoticia=2747&t=estatisticas-genero-mostram-como-mulheres-vem-ganhando-espaco-realidade-socioeconomica-pais&view=noticia>> Acesso em: 27 jun 2018.

Instituto de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2017. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>> Acesso em: 27 jun 2018.

LETTIERE, Angelina; NAKANO, Ana Márcia Spano. Violência doméstica: as possibilidades e os limites de enfrentamento. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 19, n. 6, 2011. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19n6/pt_20.pdf> Acesso em: 24 jun 2018.

LOPES, Alexandra. **Mês de combate a violência contra mulher tem aumento de casos registrados em MT**. RD News, Cuiabá, n. 88555, 19 ago. 2017. Disponível em:< <http://www.rdnews.com.br/cidades/mes-de-combate-a-violencia-contra-mulher-tem-aumento-de-casos-registrados-em-mt/88555>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MADUREIRA, Alexandra Bittencourt et al. Perfil de homens autores de violência contra mulheres detidos em flagrante: contribuições para o enfrentamento. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 4, p. 600-606, 2014. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n4/en_1414-8145-ean-18-04-0600.pdf> Acesso em: 24 jun 2018.

Ministério Público de Mato Grosso. Secretaria de estado de segurança pública. Dados da violência em Mato Grosso. Cuiabá, 2018. Disponível em:< <https://www.mpmt.mp.br/conteudo/58/74196/instituicoes-se-unem-e-lancam-rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-mulher>> Acesso em: 27 jun 2018.

PEREIRA, Claudia Nolasco de Abreu. Violência contra a mulher e mídia: um estudo sobre a influência da mídia nas violências cometidas as mulheres do Município de Macaé/RJ. 2017. Disponível em:<

<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4976/1/TCC%20CLAUDIA%20NOLASCO.pdf>> Acesso em: 27 jun 2018.

SANTI, Liliane Nascimento de et al. Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 3, p. 417-424, 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/tce/v19n3/a02v19n3>> Acesso em: 24 jun 2018.

SILVA, Anne Caroline Luz Grüdtner da; COELHO, Elza Berger Salema; NJAINE, Kathie. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n4/1413-8123-csc-19-04-01255.pdf>> Acesso em: 27 jun 2018.

SILVA, Camila Daiane et al. Violência contra a mulher: agressores usuários de drogas ilícitas. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 7, n. 2, 2015. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/html/5057/505750946026/>> Acesso em: 27 jun 2018.

SOUZA, Bruna Tavares de. Reflexões sobre os aspectos sociais da violência doméstica contra a mulher. 2017. Disponível em:< <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4969/1/TCC%20BRUNA%20TAVARES.pdf>> Acesso em: 27 jun 2018.

WALSELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. 1^a ed. Brasília: Distrito Federal, 2015. Disponível em:< https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 27 jun 2018.